

concluiu proposta de pacote econômico

Brasília — O Governo já tem pronta a proposta de pacote econômico que será submetida ao Grupo dos 11 parlamentares do PDS que elabora um modelo de estabilização da economia. Técnicos do Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Ministério do Planejamento e Ministério do Trabalho estiveram reunidos, ontem, sob a coordenação do chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, José Berardinelli, durante seis horas e meia. Elaboraram o texto final das minutas de um decreto-lei, um decreto, um projeto de lei e uma exposição de motivos. O decreto-lei, de 20 páginas, abrangerá política salarial, Imposto de Renda, aluguéis e legislação tributária. A reunião durou seis horas e meia.

Os documentos serão enviados amanhã de manhã aos ministros da área econômica e à noite serão examinados pela comissão do PDS. A minuta do decreto-lei trata da nova proposta salarial, mantendo diversos pontos do Decreto-Lei 2 045 e tendo como inovação a livre negociação entre patrões e empregados. Dispõe ainda sobre modificações na legislação fiscal, sendo o principal item a tributação sobre os rendimentos de capital. A minuta do projeto de lei introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive sobre o direito de greve.

Principais pontos

Os principais pontos dos documentos são os seguintes:

Política salarial — A proposta do Governo prevê a livre negociação. As folhas de pagamento das empresas não poderão sofrer um incremento anual superior a 80% do INPC, o que não impede ao patrão

dar aumentos de até 100% do INPC. Por sugestão do Ministério do Trabalho, a implantação da livre negociação será feita em etapas. Assim, em 1984, reajuste automático de 70% do INPC; em 1985, 60%; em 1986, 50%; em 1987, zero por cento. Com isso, a política salarial evoluirá de uma parte negociada e outra automática, para um reajuste salarial totalmente negociado no período de quatro anos.

Política tributária — O aumento das alíquotas médias do Imposto sobre a Renda e a tributação dos ganhos de capital são os dois principais pontos dessa proposta, elaborada por técnicos da Secretaria da Receita Federal e há bastante tempo sendo discutida dentro do Governo. Tanto pessoas físicas quanto jurídicas seriam abrangidas pelas medidas na área fiscal.

Nas alterações sugeridas na legislação fiscal estão previstas: elevação de 4% para 8% da alíquota do Imposto de Renda na fonte para os lucros do **open market**; aumento de 3% para 6% na tributação das sociedades civis; aumento para 25% do Imposto de Renda sobre os dividendos das sociedades abertas. Foi decidida ainda a criação de uma faixa adicional de 60% na tabela progressiva do Imposto de Renda.

O que ainda não está decidido (só os ministros da área econômica darão a palavra final) é um aumento da tributação dos ganhos auferidos nas atividades agropecuárias (cédula G). A sugestão da Receita Federal no sentido de aumentar a alíquota do ICM de 16% para 18%, como forma de gerar mais recursos para os Estados, também não está decidida.

Casa própria e aluguéis — a sugestão do Executivo que será apresentada aos parlamentares mantém o

previsto no 2 045, isto é, os reajustamentos dos aluguéis não poderão ultrapassar 80% da variação do INPC. As prestações da casa própria, no período compreendido entre a data de publicação do novo decreto-lei até o dia 30 de junho de 1985, terão o percentual de reajuste limitado em até 80% do INPC, no período compreendido entre o último reajuste da prestação e o mês estabelecido para o novo reajuste.

O Ministério do Planejamento está elaborando um documento neste final de semana que deverá ser anexado à proposta do Governo aos parlamentares do PDS. Estão encarregados de sua elaboração os economistas José Augusto Arantes Savazini, Luiz Paulo Rosenberg e Ibrahim Reis.

Dieese reúne políticos

São Paulo — O Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatístico e Sócio-Econômicos) realizará, na próxima quinta-feira, uma reunião entre sindicalistas e dirigentes de todos os partidos políticos para discutir a legislação salarial.

O encontro será aberto por dirigentes do PDS. "É intenção do Dieese que o presidente e líderes do PDS participem. Eles terão 40 minutos para expor sua ideia e depois se submeterão a 40 minutos de perguntas por parte de dirigentes sindicais operários", afirmou o superintendente do Dieese, Walter Barelli.

— A nossa ideia é trazer gente de todo o país para participar do debate — afirmou Barelli. A programação será a seguinte: pela manhã às 9 horas, PDS; em seguida o PT; à tarde, com início às 14 horas, o PMDB; às 16 horas o PDT e às 18 horas o PTB.